

UNIVERSIDADE POSITIVO
NÚCLEO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

JHONATHAN ALLAN SILVA
MARIA LEIRIANE DE ARAÚJO

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA

Curitiba

2018

JHONATHAN ALLAN SILVA

MARIA LEIRIANE DE ARAÚJO

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Positivo – UP, como requisito
para a graduação de bacharelado em psicologia.

Orientador: Prof. Ms. Carolina Walger

Curitiba

2018

SUMÁRIO

RESUMO	4
1. INTRODUÇÃO	5
1.1 Justificativa	6
1.2 Objetivos	6
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
2.1 Definições de política	7
2.2 Consciência política	9
2.3 Aspectos relacionados à participação política	11
2.4 Construção da Ciência e da Profissão da Psicologia no Brasil	13
2.5 Formação política do Psicólogo	20
2.6 Psicologia Política	21
3. MÉTODO	22
3.1 Delineamento	22
3.2 Participantes	24
3.3 Riscos e Benefícios	25
4. CRONOGRAMA	25
5. REFERÊNCIAS	26
6. APÊNDICE	30
Apêndice A - Questionário para Entrevista	30
Apêndice B - Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido para as entrevistas.	30
Apêndice C - Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido para o questionário.	32

RESUMO

A partir dos aspectos relacionados à construção histórica da Psicologia enquanto Ciência e Profissão, entende-se que esta não teve, como preocupação inicial, o desenvolvimento de seus aspectos políticos e, em consequência, as práticas políticas e entidades representativas da categoria ficaram em segundo plano. (Hur, 2007, como citado em Hur, 2009). Aspecto esse, presente até nos dias de hoje, já que a área social conta com apenas 12% das atuações (Instituto de Pesquisa de Opinião e Mercado, 2011). Parte dessa responsabilidade está relacionada à formação acadêmica, que não prepara os profissionais para contextos diferentes dos convencionais do Psicólogo (Reis & Guareschi, 2010). Relacionado a isso, questões referentes a consciência política se fazem presentes, pois de acordo com Grosselli e Mezzaroba (2011) existem certas barreiras que afastam a população de uma construção dessa consciência, a pobreza e a desigualdade como sendo considerada as principais. A participação política, por sua vez, pode ser entendida desde seus aspectos eleitorais, passando por um *continuum* de complexidade de ações, até a inclusão de aspectos não formais de participação (Borba, 2012; Verba, Nie, Irwin, Molleman & Shabad, 1973; Barnes, 1979; Dallari, 1984). Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo analisar aspectos referentes à participação política de profissionais de psicologia atuantes em Curitiba. Para tanto, entrevistas com profissionais de representatividade na área de participação política serão realizadas e, a partir dos conteúdos apreendidos por meio de uma análise de conteúdo, será construído um questionário online, a fim de agrupar um maior número de respondentes.

1. INTRODUÇÃO

A Psicologia, enquanto prática comprometida com a justiça, a equidade social e o bem estar coletivo, que tem como princípios fundamentais a promoção da liberdade, dignidade e igualdade, saúde e qualidade de vida, além de atuar com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente os aspectos econômicos, políticos e socioculturais (Conselho Federal de Psicologia, 2014), tem, em sua história, marcas relacionadas às concepções de mundo, visões, valores e posicionamentos de seus autores (Martínéz, 2002). Neste sentido, pensar a construção da Psicologia, enquanto ciência e prática profissional envolve, entre outros aspectos, investigar suas correlações com as definições teóricas de política, consciência e participação política, com a história da própria Psicologia e do estabelecimento da profissão e da formação dos profissionais.

A política, entendida a partir da modernidade enquanto a ciência que estuda o conjunto de atividades relacionadas ao Estado (Bobbio, 1998), integra as ações de indivíduos frente a garantia e exercício dos seus direitos, bem como conceitos e posturas adotadas a partir do desenvolvimento da Consciência Política, definida como a importância de se conhecer e exercer seus direitos e deveres políticos. Pensando nessas ações, categorias explicativas acerca da Participação Política foram desenvolvidas, focalizando, à princípio nos comportamentos eleitorais, no sentido de influenciar a seleção de funcionários do governo, passando para um conceito de *continuum* e depois de modalidades específicas de participação, incluindo participação em movimentos sociais, manifestações e demais atividades não eleitorais (Borba, 2012; Verba, Nie, Irwin, Molleman & Shabad, 1973; Barnes, 1979; Dallari, 1984).

A partir dos aspectos relacionados à construção histórica da Psicologia enquanto Ciência e Profissão, entende-se que esta não teve, como preocupação inicial, o desenvolvimento de seus aspectos políticos e, em consequência, as práticas políticas e entidades representativas da categoria ficaram em segundo plano. (Hur, 2007, como citado em Hur, 2009). Em decorrência disso, a falta de ênfase, na atualidade, em produções científicas que englobam os aspectos políticos referentes à Psicologia pode ser um reflexo tanto da relação da própria classe em termos de representatividade e atuação política (Hur, 2009), quanto da influência da formação política recebida pelos profissionais (Miguel, 2002).

Tendo em vista os argumentos aqui apresentados, faz-se evidente a necessidade de estudos que promovam uma maior compreensão da correlação entre esses dois aspectos, especialmente na perspectiva da participação política. Neste sentido, o presente estudo se dedicará a responder se existe participação política entre os profissionais de Psicologia atuantes em Curitiba, Paraná.

1.1 Justificativa

Por se tratar de uma área pouco explorada, pesquisas envolvendo ambas as variáveis podem abrir espaço para o desenvolvimento de outros estudos, levando a preencher determinadas lacunas no conhecimento e, principalmente, auxiliar em mudanças sociais envolvendo a prática da Psicologia, pois, como declara Botomé (1979, em Yamamoto & Costa, 2010), é função dos profissionais da área, auxiliar na promoção de melhores comportamentos na sociedade, melhorando, também, as condições de vida dos indivíduos e suas interações com os contextos em que estão inseridos.

Desta forma, o movimento em busca do entendimento das interfaces entre a Participação Política e a Psicologia pode ser útil para a criação e implementação de ferramentas e serviços que cumpram esse papel de maneira coerente, como, por exemplo, a modificação dos currículos dos cursos de Psicologia, dando uma maior importância às correlações da profissão com a Política, formando profissionais mais engajados na área, conscientes politicamente e capazes de produzir mudanças socialmente relevantes para todas as camadas da sociedade.

1.2 Objetivos

Objetivo geral

- Analisar aspectos referentes à participação política de profissionais de psicologia atuantes em Curitiba.

Objetivos específicos

- Caracterizar os tipos de participação política dos profissionais de Psicologia
- Analisar elementos da história de vida ligados à participação política anteriores a formação profissional dos psicólogos;

- Identificar características e acontecimentos durante a graduação em Psicologia ligados à formação política.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Definições de política

A definição do termo “política”, segundo Bobbio (1998), remonta às obras aristotélicas, nas quais a política era entendida como a reflexão, tanto normativa como descritiva, dos assuntos relacionados à cidade (*pólis*). Durante muito tempo o termo foi, também, utilizado para caracterizar as obras dedicadas aos estudos das atividades humanas referidas ao Estado. A partir da modernidade, “política” passa a ser utilizada como sinônimo das atividades ou conjunto de atividades relacionadas ao Estado, enquanto o estudo das atividades integradas ao Estado passa a ser definido como “ciência política”, “filosofia política” ou “ciência do Estado”.

As conceituações clássicas do termo remetem à Grécia, pois, diferentemente das outras civilizações, onde a atividade política se fazia exclusiva as ações dos governantes, que comandavam a população de maneira autocrática em direção aos seus objetivos, a política grega era centrada na cidadania, no coletivo, sendo parte indissociável do vida social (Maar, 1983). A *pólis*, referência central na delimitação do conceito de política, pode ser entendida tanto como sujeito quanto como objeto dessa esfera. Sujeito, quando estão referidos à política atos de proibição ou ordenação, legislação e dominação dos aspectos sociais; e objeto no que diz respeito às ações de conquista, manutenção e defesa do poder (Bobbio, 1998). Neste sentido, Sartori (1997), afirma que a noção de distinção entre político e social, ou seja, entre Estado e Sociedade, remetendo a um distanciamento entre os conceitos, só se consolidou a partir do século XIX, pois, no pensamento grego, a diferenciação entre a esfera política e a social não existia. O fato de viver na *pólis* era o que definia o homem enquanto tal, não existindo a possibilidade de dissociação entre homem e política, visto que esta última não era entendida somente como uma parte da vida, mas sim como toda a sua essência.

De acordo com Chauí (1997), as obras políticas medievais e renascentistas estavam estabelecidas a partir de uma visão de mundo cristão, não podendo, então, escapar das relações entre política e religião. Para além das diferenças entre a filosofia medieval e a

renascentista, a autora elenca algumas características semelhantes entre elas, que podem ser atribuídas como gerais até o desenvolvimento da teoria de Maquiavel: a existência de um fundamento anterior e exterior à política (Deus, a Natureza ou a Razão); a ideia de que a finalidade da política é o bem comum ou a justiça; interdependência entre os conceitos de boa comunidade e bom governo; e as distinções entre governos justos-legítimos e injustos-ilegítimos.

Construindo a distinção entre Estado e governo, Maquiavel, segundo Maar (1983), com a formulação de seu conceito, faz com que a política seja acessível a todas as pessoas. Utilizando a figura do Príncipe, Maquiavel rompe com todas as características gerais das teorias políticas anteriores, postulando a inexistência de aspectos exteriores a política que a fundamentam, além de negar a ideia de uma boa comunidade constituída com base no bem comum e na justiça, recusando a identidade do príncipe virtuoso responsável pelo bom governo e também a ideia de divisão dos regimes políticos em monarquia, democracia e aristocracia. Sua teoria era baseada na postulação de que a sociedade é constituída de dois desejos opostos, o desejo de oprimir e comandar e o desejo de não ser oprimido e comandado. Desta divisão, originam-se lutas e conflitos de classes e o resultado disso é a política, sendo sua finalidade entendida não mais como a justiça e o bem comum, mas sim a tomada e manutenção do poder (Chauí, 1997).

Tendo como foco a luta de classes, Marx realizou uma crítica à economia política, segundo a qual existia uma diferenciação entre a esfera pública e a esfera privada e suas relações com a política. Por meio do materialismo histórico dialético, Marx postula que o homem, ao contrário da filosofia grega, diferencia-se dos demais animais não por sua característica social e política, mas sim pela capacidade de produzir as condições para sua existência e desenvolvimento (Chauí, 1997). Marx atribui, então, um significado político às classes sociais sem, entretanto, transformá-las em classes políticas, definindo então a política como as ações resultantes das lutas entre as classes sociais (Maar, 1983).

No plano das ciências políticas, a conceituação do termo política passa por cinco acepções distintas, caminhando entre definições baseadas tanto no senso comum como nas reflexões científicas, sendo elas: i) política enquanto ações, manobras, entendimentos e conflitos dos políticos para conquistar e permanecer no poder por meio de ferramentas como as eleições, campanhas eleitorais, lutas entre partidos, etc; ii) arte de conquistar, manter e exercer o poder e o governo, baseada na definição de Maquiavel; iii) atitudes ou posições de

um governo em relação aos assuntos de cunho público, como economia, educação, saúde, etc; iv) ciência moral e normativa do governo da sociedade civil; e v) conhecimento ou estudo das relações e fatos que levam as lutas para conquista do poder do Estado e entre os Estados (Azambuja, 2001).

Neste sentido, demonstra-se que a pluralidade das definições a respeito do termo está relacionada, principalmente, aos aspectos históricos envolvendo a sua conceituação, bem como as influências recebidas pelos teóricos da área. Para aprofundar o entendimento do conceito e de suas relações com as práticas políticas, deve-se compreender, também, o significado da consciência política e seus vieses.

2.2 Consciência política

A palavra “construção”, no seu significado mais amplo, sempre remete a algo que se desenvolve. Segundo Vygotsky (1996) os seres humanos nascem apenas com que ele chama de “funções executivas elementares”, ou seja, apenas o imprescindível para a sobrevivência e, de acordo com a medicação, feita a partir do convívio com o meio, essas funções vão sendo construídas e até “esculpidas”, transformando-se em funções superiores. A consciência política poderia ser vista por essa concepção.

Considerar consciência política em um campo sócio-histórico, como faz Vygotsky, é praticamente unânime nos estudos que se tem sobre o tema. Segundo o modelo de Consciência Política de Salvador Sandoval, citado por Rosa (2015, p.4) “O autor discorre sobre elementos que exercem a função de controle social sobre a participação em ações coletivas e movimentos sociais, Sandoval defende como primeiro fator a ser considerado as noções culturais tradicionais, ou seja, as crenças e valores históricos hegemônicos que constituem a visão de mundo da pessoa”. Confirmando assim a importância do contexto, formas de convivência e mediações para a formação desse conceito.

De acordo com Grosselli e Mezzaroba (2011) existem certas barreiras que afastam a população de uma construção dessa consciência, a pobreza e a desigualdade como sendo considerada as principais. Ninguém irá procurar por algo que não lhe é interessante, o olhar em relação à política para as comunidades mais humildes acabam sendo esta, de descaso.

Situação que se torna cômoda, já que não haverão pessoas lutando e reivindicando por seus direitos junto ao estado (Poletti, 2014).

Toda essa massificação, gerada por um meio que não traz possibilidades em relação à política, gera o que Marx (1988) chama de alienação. Em uma de suas maiores obras, “O Capital” conceitos de alienação para importantes autores são articulados, como os de Hegel, para quem alienação era tida como objetivação e, por consequência, enriquecimento e, também, Feuerbach, que ao contrário, alienação era empobrecimento. As duas concepções podem ser levadas em consideração, visto que o povo alienado trabalhará e continuará a enriquecer os governos, e gera o empobrecimento no mesmo sentido já que o povo não tende a pensar fora dessa “zona”. Marx também descreve a alienação como a falta de contato e o estranhamento que o trabalhador tinha com o produto que produzia. Ou seja, essas pessoas que não tiveram um meio propício para pensar sobre política tendem a trabalhar, desempenhar as funções na sua vida, mas sem ver as manifestações de tudo isso, simplesmente agindo de acordo com o movimento da massa.

No decorrer dos anos essa consciência tende a ser cada vez mais trazida à tona, por meio de manifestações, protestos, protestações *online* que cada dia mais fazem parte da indignação do povo. Certamente quando se fala sobre essas formas de pronunciamento não está sendo enquadrado a classe menos favorecida da sociedade, já que está não é beneficiada em relação a educação, onde boa parte da percepção sobre o tema é criada, não havendo assim, uma participação em movimentos sociais, ou outros coletivos como as ONGs (Organizações Não Governamentais), associações sem fins lucrativos, entidades do terceiro setor, conselhos, fóruns etc. (Gohn & da Glória, 2016)

Portanto, Consciência Política pode ser considerada o ato de conhecer sobre a importância do voto, da força existente na unificação das pessoas, a fim de lutar pelos direitos que possuem. Levando em consideração Vygotsky (1996) e Silvia Lane (1981) que consideram o desenvolvimento do ser humano a partir do convívio com o meio que os cercam, Consciência Política pode ser considerada um conceito que todos dispõem, formada de acordo com o contexto em que se está inserido, conforme a frase “a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam” (Savenhago, 2011 p.14). Sendo assim, as pessoas terão diferentes pontos de vista sobre o tema, não podendo ser levado em consideração apenas uma concepção.

2.3 Aspectos relacionados à participação política

Os estudos clássicos de categorização da participação política envolvem um *continuum* de ações, partindo de níveis de complexidade menores até ações de alto custo (Borba, 2012). Os primeiros estudos referentes às modalidades de participação política remontam à Milbrath (1965), estruturando-se, basicamente, na descrição das atividades eleitorais e suas ramificações. Neste aspecto, as definições baseavam-se em atividades relacionadas com o objetivo de influenciar as decisões e ações do governo (Verba & Nie 1972, em Borba, 2012).

Milbrath (1965, em Borba, 2012) classificou a participação política em: i) exposição a solicitações políticas; ii) votar; iii) participação em discussões políticas; iv) tentar convencer alguém de votar em determinado candidato; v) usar uma insígnia política; vi) fazer contato com funcionários do governo; vii) assistir a um comício; viii) envolver-se em uma campanha política; ix) ser membro de um partido político; x) participar de reuniões políticas; xi) solicitar fundos para campanhas políticas; xii) candidatar-se a cargos públicos e xiii) ocupar cargos públicos. Além disso, para o autor, os indivíduos da sociedade estariam divididos em passivos (aqueles que não participam), espectadores (aqueles que participam minimamente) e gladiadores (ativistas de maior engajamento). Percebe-se, então, a tendência a reduzir as nuances da participação política a aspectos eleitorais, considerando o trabalho político como sendo a mais complexa de todas as ações na escala hierárquica.

Contudo, demais teóricos exerceram críticas a esse modelo de participação política, defendendo que o repertório político não é restrito a influência nas ações, bem como o governo não deve ser considerado o único destinatário dos movimentos (Borba, 2012). Teorell, Torcal e Montero (2007), por sua vez, partem da definição de Brady (1999), explicitada como a “ação de cidadãos comuns dirigida a influenciar resultados políticos”, levantando aspectos importantes, tais como: i) envolvimento de uma ação direcionada, implicando em comportamentos dos indivíduos; ii) os indivíduos que realizam essas ações não são políticos ou envolvidos com o governo; iii) as ações têm como objetivo influenciar, no sentido de atender demandas específicas e não podem ser reduzidas a discussões entre amigos sobre política ou apenas dominar o assunto e, por último, iv) as ações não têm, necessariamente, como “alvo” o governo ou um agente governamental.

Em contraponto ao modelo de *continuum*, teorias que classificaram a participação política em modalidades foram desenvolvidas (Borba, 2012). A teoria de Verba, Nie, Irwin, Molleman e Shabad (1973), diferencia as atividades em quatro modalidades, sendo duas relacionadas a atividades eleitorais e duas relacionadas a atividades não eleitorais. Dentre as atividades eleitorais, definiu-se: votar, ato que exerce pressão para com os líderes, caracterizando-se como a ação de menor dificuldade; e atividade de campanha, mais difícil que o voto, que envolve, também, conflitos entre os indivíduos (ambas as ações possuem amplo alcance de resultado). As duas ações relacionadas à atividades não eleitorais foram definidas como: atividades comunitárias (onde indivíduos grupos tentam exercer influência nas políticas comunitárias), com amplo alcance de resultado e pouco conflito; e o contato personalizado (onde o indivíduo contacta um governante para resolver algum problema específico a sua comunidade ou sua família), possuindo alcance de resultado de limitado a amplo, estabelecendo-se, geralmente, como não conflitual.

A partir da popularização de atos como protestos e paralisações, o estudo das tipologias de participação política sofreu modificações (Borba, 2012), passando a considerar, assim, aspectos não convencionais da participação. O modelo de participação de Kaase e Barnes (1979) inclui, além das ações convencionais, atividades como assinar uma petição ou abaixo assinado; participar de manifestações legais; participar de boicotes; recusar-se a pagar impostos e taxas determinadas pelo governo; ocupar prédios; bloquear o tráfego e participar de greves.

A tipologia desenvolvida por Teorell, Torcal e Montero (2007), divide as ações entre representacionais e não representacionais, relacionando-os com mecanismos de influência baseados na voz e na saída (*voice-based* e *exit-based*), incluindo voto, atividade partidária, atividade de protesto, atividade de contato e *consumer participation*.

No Brasil, análise realizada por Bonifácio (2012), demonstrou que a participação política no país se dá, principalmente, através de discussões e associações políticas, participação em associações comunitárias, presença em protestos e contato com representantes do governo. Dallari (1984), por sua vez, diferencia a participação política em i) participação individual (falar, escrever, denunciar, discutir, cobrando responsabilidades, etc); ii) participação coletiva por meio da integração em qualquer tipo de grupo social; iii) participação eventual, ligada a uma situação momentânea, não integrada a um trabalho contínuo; iv) participação organizada, com objetivos explícitos; v) conscientização, que

envolve a contribuição para que as pessoas percebam a importância das lutas sociais e da união; vi) organização, que contribui concretamente, tanto com ideias ou meios materiais, para alcançar os objetivos do grupo; vii) participação eleitoral, o que inclui a possibilidade de votar e ser votado; viii) pertencer a um partido político; ix) exercer uma função pública; x) participar de reuniões, movimentos e associações e, por fim, xi) o exercício da crítica. Além disso, o autor traz uma visão holística a respeito da participação política, postulando que todas as ações dos indivíduos, sejam elas diretamente ligadas à política ou não, são políticas em algum nível e tem consequências sobre a coletividade.

Neste sentido, observa-se que as definições descritas fazem referência a contextos históricos distintos e entende-se que as divergências entre as demais teorias e as teorias no contexto brasileiro se dão devido às nuances histórico-culturais de cada local, sendo as características específicas dos dois últimos modelos resultantes das práticas políticas referentes ao país. No presente trabalho, a definição de Participação Política adotada é a de Dallari (1984), pois o autor caracteriza a participação para além dos aspectos eleitorais, envolvendo reflexões críticas, elementos ligados à conscientização política e à participação em movimentos não convencionais. Além disso, por se tratar de um autor brasileiro, entende-se que os recortes adotados fazem jus a realidade do país.

Para compreender, então, como os conceitos de política, consciência política e participação política se integram e se relacionam com a Psicologia e, principalmente, quais são as suas expressões através da formação e atuação do psicólogo, faz-se necessário uma retomada aos aspectos históricos da construção da profissão no país.

2.4 Construção da Ciência e da Profissão da Psicologia no Brasil

O início da Psicologia no Brasil se deu muito antes da regulamentação da profissão, em 1962. Para compreender, de fato, como se deu a sua instituição no país, deve-se remontar às épocas coloniais, quando o saber psicológico resumia-se às questões da moralidade atrelada a religião no processo catequético e de educação para a população indígena (Antunes, 2012). Outros autores, como Furtado (2012), declaram que o saber psicológico brasileiro pode ser encontrado antes mesmo da chegada dos colonizadores no país, com os conhecimentos desenvolvidos pelos tupis-guaranis, tratando-se de um entendimento a

respeito da subjetividade e das práticas desse povo. Massimi (1987) aborda a questão do desconhecimento desse período como sendo fruto de uma postura positivista, que tende a desconsiderar a importância dos acontecimentos pré-científicos, negando todos os esforços anteriores para o estabelecimento de conhecimentos acerca do homem e dos fenômenos psicológicos.

Neste sentido, ao revisitar sermões e escritos religiosos da época, destaca-se o caráter descritivos dos fenômenos emocionais, além de técnicas de controle e de terapia para equilíbrio da personalidade. Além disso, não existia uma diferenciação entre os planos físicos, psíquicos e morais, o que impossibilita a diferenciação das enfermidades e onde as mesmas estão localizadas. No período jesuítico, há também a sistematização da pedagogia e da psicologia dentro das escolas e instituições de ensino, destacando a existência de vertentes ambientalistas relacionadas ao desenvolvimento infantil e ao papel da educação como determinante do comportamento (Massimi, 1987). Antunes (2005) caracteriza os temas abordados pelo saber psicologia da época em: emoções, sentimentos e sentidos, auto-conhecimento, educação e desenvolvimento de crianças e adolescentes, características do sexo feminino, trabalho e adaptação ao ambiente, processo psicológicos, diferenças étnicas e raciais, técnicas de persuasão de “selvagens” (negros e indígenas), controle e coerção política e técnicas de prática médica.

De acordo com Massimi (1987), durante esse período e devido às diferenças entre o papel assumido pela mulher na cultura indígena e portuguesa, onde, na primeira, relata-se determinada igualdade entre os papéis e funções sociais e, na segunda, a mulher assumia um papel de submissão frente a seu marido e aos demais homens com quem se relacionava, surgiram questões a respeito da capacidade intelectual da mulher e da inserção da mesma nos ambientes educacionais. Debate este que pode ser encontrado em outros momentos da história e que tem suas consequências vivenciadas até hoje, com discussões a respeito do lugar da mulher no mercado de trabalho e da equidade de relações.

Com o fim do período colonial brasileiro, a preocupação da medicina e da pedagogia deixou de ser com os indígenas e passou a ser com os afrodescendentes e escravos que aqui residiam. Neste sentido, o pensamento e as práticas científicas tinham de respaldar os ideais racistas e supremacistas vigentes na época, incluindo o saber sobre os fenômenos psicológicos. Ligados a esse papel de controle social e normatização da sociedade, as práticas

médicas e educativas foram as precursoras da implementação da Psicologia nos contextos acadêmicos (Antunes, 2012)

Os primeiros passos desta caminhada foram dados, em especial, através da prática médica, principalmente dentro dos trabalhos realizados na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que contribuíram para a perpetuação dos estigmas sociais (Soares, 2010; Antunes, 2012). Durante esse período, que vai do final do século XIX ao início da década de 1930, a psicologia do Brasil se dava em forma de um *saber psicológico*, tendo em vista que ainda não se constituía de maneira autônoma em suas produções (Antunes, 2012). Ainda no século XIX, foi observado um esforço por parte dos produtores de conhecimento na área da educação, debruçando-se sobre conceitos a respeito dos fundamentos da vida psíquica, como alma, eu, consciência, caráter e a fenômenos mais específicos como percepção, emoções, atenção e etc (Antunes, 2005)

A partir desse período, as influências da já então enraizada Psicologia desenvolvida na Europa e Estados Unidos, chegam ao território nacional, trazidas, em grande parte, por brasileiros que viajavam até países como França, Alemanha, Rússia e Estados Unidos para aperfeiçoar seus conhecimentos. (Antunes, 2012). No final do século XIX, a Psicologia ganha o *status* de ciência autônoma a nível mundial, desenvolvendo-se tanto no âmbito teórico, com o surgimento e enraizamento de diversas abordagens, quanto no prático, com a ampliação do seu potencial de atuação. Neste sentido, e a fim de ajudar a solucionar os problemas agravados e surgidos a partir da virada no século, a Psicologia e outras áreas voltadas para a ação social, são convocadas a contribuir com soluções para problemas da saúde, educação e trabalho, no intuito de modificar as estruturas sociais e colocar o Brasil num patamar industrializado. (Antunes, 2005).

Com destaque, elencam-se algumas produções nacionais que abordam os saberes e fenômenos psicológicos. Dentre elas, antes mesmo da virada do século, em 1891, O “Estudo Psicológico da Afasia”, de Odilon Gurlart, dissertando sobre a Psicologia Clínica; a primeira tese de Psicologia Experimental, defendida por Henrique Roxo, em 1900 que, além disso, orientava estudos práticos com testes, sendo o organizador de um dos laboratórios de experimentação psicológica, associando a Psicologia Experimental à Neurologia e à Psiquiatria. Além disso, a partir da virada do século, os trabalhos e ensaios realizados tanto na Universidade do Rio de Janeiro quanto da Bahia passaram a trazer um caráter mais científico, utilizando técnicas objetivas e confiáveis da Psicologia (Soares, 2010). A construção e as

práticas médicas, em especial da área da Psiquiatria, nos hospícios do país, também foram importantes raízes para o estabelecimento e delimitação da Psicologia na sociedade (Antunes, 2012).

A fim de construir um novo homem para um novo país, recaí sobre a área da Educação a responsabilidade de mudar e modernizar a sociedade, contando, então, com as produções da Psicologia para tal feito, incluindo instrumentos como testes e escalas de mensuração de inteligência e aptidão profissional. A partir disso, deu-se, então, o espaço necessário para o desenvolvimento da área enquanto uma ciência autônoma, independente da medicina e da educação, mas ainda assim ligada a elas (Antunes, 2012).

Em 1906, foi criado o que se considera o primeiro Laboratório de Psicologia Experimental do país, no Distrito Federal, idealizado por Alfred Binet e coordenado por Manoel Bonfim. Em 1922, ocorreu a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental, responsável pelas Jornadas Brasileiras de Psicologia e, em 1932, ligado ao Ministério da Educação e da Saúde, criou-se o Gabinete de Psicologia. Entre 1923 e 1932, funcionou o Laboratório de Psicologia do Engenho de Dentro, preparando profissionais de diversas áreas e realizando pesquisas puramente psicológicas (Soares, 2010). Estes movimentos anteciparam em algumas décadas as tendências antimanicomiais e antipsiquiatria que surgiram em diversos ramos da sociedade (Antunes, 2012).

Em Recife, em 1925, em Minas Gerais, entre 1929 e 1930, em São Paulo e Porto Alegre a partir de 1927 e 1933, criaram-se institutos e escolas de Seleção e Orientação Profissional, Laboratórios de Psicologia e cursos de Psicologia Educacional, Clínicas de Psicologia Médica e de Orientação Infantil. (Soares, 2010). Essas inaugurações demonstram um crescente interesse e utilização prática dos produtos da Psicologia que, mesmo antes de sua oficialização, já se fazia prática e importante em seus achados no país. De maneira geral, afirma-se que a Educação foi fundamental para o desenvolvimento da Psicologia no Brasil, principalmente em seu posto como ciência, onde pode, diferentemente da sua ligação com a Medicina, demonstrar autonomia teórico e prática (Antunes, 2012).

A partir da revolução de 1930, da implementação do processo de industrialização do país e da crescente necessidade de novos conhecimentos e práticas, criou-se um terreno fértil para o início da consolidação da área enquanto ciência e profissão (Antunes, 2012). Datam, inclusive, de meados da década de 1920, as primeiras aplicações da Psicologia nos campos do Trabalho, mesmo que seu desenvolvimento tenha se dado de forma sistemática somente a

partir de 1930 (Conselho Federal de Psicologia, 2011). A Psicologia se inseriu no contexto do Trabalho contribuindo, principalmente, com conhecimentos para a maximização da produção e racionalização do trabalho, como uma forma de justificativa para a implementação de novas formas de administração, através da utilização de práticas psicotécnicas e de orientação profissional (Antunes, 2012).

Entre 1930 e 1962, deu-se a consolidação da área enquanto profissão, com atuações voltadas, principalmente, para os campos da educação, trabalho e clínica. Desde essa época, os movimentos em prol da regulamentação se faziam presentes nos planos institucionais. (Conselho Federal de Psicologia, 2011)

O ano de 1954 é um ano decisivo para a profissão devido a dois acontecimentos marcantes: a criação da Associação Brasileira de Psicologia e a publicação do anteprojeto de lei sobre a formação do Psicólogo, pelo Arquivo Brasileiro de Psicologia. Em 1962, é promulgada a lei que estabelece a diplomação legal dos Cursos de Formação de Psicólogo, permitindo o registro de especialistas em Psicologia, Psicologia Clínica, Psicologia Educacional e Psicologia do Trabalho (Soares, 2010).

Em 27 de agosto de 1962, é promulgada a lei Nº 4.119, assinada pelo então presidente João Goulart, que regulariza a profissão do Psicólogo e a dispõe sobre os cursos de formação na área, tendo como funções privativas da profissão o diagnóstico psicológico, a orientação e seleção profissional, a orientação psicopedagógica e a solução de problemas de ajustamento (Brasil, 1962). Somente em 1971 é aprovada a lei que regulamenta a criação do Conselho Federal e Regionais de Psicologia (Brasil, 1971), o que gerou um sentimento de união, coesão e identificação entre os profissionais da área (Soares, 2010). A primeira eleição para conselheiros ocorreu dois anos depois, em 1973.

Observa-se que até esse momento as práticas psicológicas versavam sobre a disciplinarização da população, amparada num movimento higienista que tinha como objetivo controlar e moralizar os indivíduos (Ferraza, 2016). Mesmo após a regulamentação da profissão, os Psicólogos continuavam atuando em espaços puramente ocupados pela elite, através da Psicologia clínica, bastante distante das necessidades da mais ampla sociedade (Gonçalves, 2010, como citado por Ferraza, 2016).

Entre 1962, ano da regulamentação da profissão e o ano de 1980, a Psicologia sofreu, assim como toda a sociedade, as consequências da instauração da ditadura militar. Com a suspensão dos direitos de liberdade de expressão, os profissionais da área perdem espaço,

tanto de atuação quanto de existência em sociedade, o que resulta num aumento do número de profissionais atuando na docência, que serviu como espaço de resistência política e expressão de ideias. Neste sentido, o período serviu para adaptar, de certa forma, a prática psicológica à demanda da sociedade brasileira, como o crescimento dos campos comunitário e jurídico (Conselho Federal de Psicologia, 2011).

A partir da abertura política de 1974, as lutas por reivindicações de cunho político e social começam a se fortalecer, o que tem reflexos, também, no campo da Psicologia. Dentre elas, o Movimento Sanitário, que propunha um saber contrário a hegemonia dos processos da saúde, além da tentativa de produzir uma reforma dessas práticas, possibilitando o acesso à saúde por todas as esferas da população (Dimenstein, 1998). Articulado a isso, deu-se o desenvolvimento do processo de estruturação e criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que modificou o modo como os profissionais enxergam os temas relacionados à saúde e a doença, passando a considerar, então, determinantes políticos, sociais e econômicos para a sua ocorrência (Ferraza, 2016), além da participação popular e o controle social dos serviços da área (Dimenstein, 1998).

Outro acontecimento importante relacionado à inserção da Psicologia nos movimentos de cunho social, em especial às Políticas Públicas, diz respeito a luta pela Reforma Psiquiátrica, que criticava as formas de internação e tratamento dos indivíduos com transtornos mentais (Ferraza, 2016). Vê-se, então, o crescimento de posições e ideias críticas em relação a essas práticas, além da busca de novos meios de atuação que rompessem com visões normatizadoras e hegemônicas. Neste contexto, as lutas antiditatoriais, os debates e conferências nacionais da saúde e a aprovação do texto constituinte, em 1988, que enfatizava a saúde enquanto responsabilidade do Estado, através de um sistema integrado de saúde, impulsionou a inserção da Psicologia no campo da saúde e das políticas públicas, por meio, principalmente, da atuação em Unidades Básicas de Saúde e Centros de Atenção Psicossocial (Bock, 2003). De acordo com Bock (1999), esse período exigiu que a Psicologia fosse capaz de se reinventar para contribuir com as necessidades sociais da população, o que fortaleceu as entidades da profissão, dentre elas Sindicatos e Conselhos, além da criação de Congressos da área, bem como a inserção de profissionais como coordenadores de movimentos.

Concomitante à abertura das práticas voltadas para as Políticas Públicas, a terceira versão do Código de Ética Profissional do Psicólogo, publicada em 1987 passou a dar maior ênfase às reflexões e práticas políticas e sociais, o que não acontecia nos Códigos anteriores.

As versões de 1975 e 1979 versaram majoritariamente sobre aspectos éticos relacionados às práticas da Psicologia, no sentido de demarcar a existência da nova profissão (Amendola, 2014). A versão vigente do código, publicada em 2005, trata, também, da importância política da profissão, como destacado em seus princípios fundamentais: “O Psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.” (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 7).

Neste mesmo período, entre 1986 e 1987, o Conselho Federal de Psicologia realizou um levantamento acerca do perfil dos profissionais no país. 43% dos profissionais atuavam na área clínica, 18% na área organizacional, 14% no âmbito escolar e 11% na docência. Destes profissionais, 73% atuavam exclusivamente em uma área, 22% combinavam duas especialidades, enquanto 5% se dedicava a três áreas de atuação (Bastos & Gomide, 1989).

Uma pesquisa semelhante, também realizada pelo CFP, em 2001, apontou que, assim como na década de 80, a maior concentração de profissionais permanecia na área clínica, com 54% dos respondentes, enquanto a área da Psicologia da Saúde passava para a segunda posição, com 12% das atuações, juntamente com o âmbito da Psicologia Organizacional (Instituto de Pesquisa de Opinião e Mercado, 2011). A partir disso, é possível observar uma maior abertura para as práticas voltadas ao campo da saúde, iniciada pelos movimentos de inserção da profissão ainda nos períodos de lutas sociais em prol da popularização dos serviços e mudanças na forma de tratamento dos indivíduos.

Percebe-se, então, que os caminhos que a psicologia trilhou, tanto enquanto ciência quanto como atuação, ao longo de todos esses anos, desde o desenvolvimento de um saber psicológico até a regulamentação da profissão, com todos os movimentos e lutas pautados, definiram a identidade dos profissionais, que ainda reflete práticas elitistas e dependente das classes dominantes da sociedade, mas que tem o potencial e o desafio de modificar essas tradições, oferecendo serviços adequados às necessidades das maiores e mais fragilizadas parcelas da população (Bock, 1999). Para compreender melhor estes aspectos, faz-se necessário, também, o entendimento da formação política do profissional de Psicologia, tanto em seus vieses acadêmicos, quanto em seus demais determinantes.

2.5 Formação política do Psicólogo

Levando em consideração o carácter clínico que a formação em Psicologia traz, a política como matéria dentro das instituições será (quando for) vista de forma muito sintetizada, não dando a ênfase merecida. Sendo assim, leva-se em consideração o que autores aqui já citados trazem sobre a importância do contexto que a pessoa está envolvida e o engajamento e sabedoria dela sobre certas coisas estão diretamente ligados.

Os alunos se formam despreparados para contextos diferentes dos convencionais do Psicólogo, e quando se defrontam com o âmbito escolar, das políticas públicas, por exemplo, não estão preparados (Reis & Guareschi, 2010). Tudo isso incorporado a anos, infelizmente, enfraquece uma profissão que hoje poderia estar em um contexto totalmente diferente, frente o potencial que a Psicologia tem a crescer.

Uhng Hur (2012) afirma serem raros os estudos que associam a Psicologia com Política, que tragam “práticas e histórias das associações profissionais de psicólogos com objetivos eminentemente políticos”. O autor cita como um fato para essa falta de colaboração seria a jovialidade em relação à Psicologia enquanto disciplina no Brasil. Mesmo não sendo o objetivo desta pesquisa falar sobre a Psicologia Política como matéria, é relevante para o entendimento do contexto e também está diretamente ligado a jovialidade e a falta de interesse pela área. A Psicologia Política é uma disciplina acadêmica, fruto da especial confluência entre a Psicologia e a Ciência Política, visto que outros estudos se associam na sua produção. Ela se constitui no interstício das fronteiras disciplinares e muitas vezes se vê refém de sua própria identidade, mas com possibilidades efetivas de dar respostas a questões que a tradição disciplinar não tem conseguido responder (Almeida, Silva e Pedro, 2012).

Na linha de raciocínio da Política dentro das instituições, um estudo proposto por Bettoi e Simão (2000) buscou a relação do que o aluno sabe sobre o profissional e a necessidade do Psicólogo na área Social. O artigo comenta sobre os alunos recém chegados nas faculdades, chamados de “calouros”, e como poderia se proceder desde o início da formação para que eles vissem algumas áreas não tão conceituadas dentro do curso com apreço diferente. Para isso, foi realizado um programa de forma contrária ao habitual; nas faculdades geralmente os alunos iniciam com trabalhos escritos, seminários, foi proposto então um estudo exploratório, que esses alunos tiveram contato direto com professores para saber sobre o assunto em questão. Em relação à Psicologia e Política, poderia ser incorporado

como matéria do curso desde o início, e serem incentivados mais trabalhos, palestras e seminários sobre o tema.

Levando em consideração o que foi esclarecido até aqui, pode ser considerado que a formação política de um Psicólogo não tem influência direta das instituições de ensino, já que as matérias relacionadas ao tema não são abordadas e considerando também a história da Psicologia, como apontam Reis & Guareschi (2012), não favorece a um esclarecimento sobre esse campo.

2.6 Psicologia Política

A Psicologia Política é área do conhecimento que surgiu a partir da intersecção entre os campos teóricos da Psicologia e Ciência Política e, segundo Almeida, Silva & Côrrea (2012), construiu-se entre as fronteiras disciplinares, vendo-se refém, em alguns momentos, das limitações de sua própria identidade. Ainda de acordo com os mesmos autores, a Psicologia Política deve ser compreendida como um campo interdisciplinar, que se debruça por diversos objetos de estudo e fenômenos sociais, tais como: preconceitos como racismo; homofobia e xenofobia; movimentos sociais; intersubjetividade e participação, socialização política e relações de poder; políticas públicas e saúde pública; entre outros. Além disso, Penna (1995, como citado por Lhullier, 2008), define este saber como o conhecimento das estruturas sociais para fins de aprimoramento, modificação ou reformulação total, com o objetivo de alcançar o bem estar coletivo.

Não existe, entretanto, uma delimitação exata a respeito da gênese desse campo de conhecimento: enquanto alguns autores afirmam que o termo surgiu em 1924, numa obra estadunidense, outros, porém, remontam a épocas mais antigas, dentre os primeiros anos do século XX. Todavia, a Psicologia Política vem a se institucionalizar somente na década de 1970, com a criação da Sociedade Internacional de Psicologia Política e, mesmo após isso, ainda demonstra dificuldades para se estabelecer enquanto disciplina e ciência (Almeida, Silva & Côrrea, 2012).

Deste modo, apesar de trazer o termo política em seu nome e tratar de assuntos de grande relevância social, não cabe, nesta etapa, pautar o viés do presente estudo pelo foco da Psicologia Política, nem, ao contrário, desvalorizá-la.

3. MÉTODO

A presente seção tem como objetivo descrever as etapas a serem adotadas para a realização do projeto, segundo bem como seus participantes e instrumentos.

3.1 Delineamento

A presente pesquisa está sendo proposta com o objetivo de identificar os tipos de participação política dos profissionais de Psicologia. Para tanto, optou-se pela realização de uma pesquisa exploratória. De acordo com Zikmund (2013) uma pesquisa exploratória tem por finalidade diagnosticar certas situações, levantar hipóteses, explorar alternativas, ou como no presente estudo, para descobertas, já que existe pouca literatura sobre o assunto. Ainda, para o cumprimento do objetivo será adotada uma análise quali-quantitativa, que segundo Souza e Kerbauy (2017), possibilita a combinação de abordagens que permitem dois olhares diferentes sobre um mesmo fenômeno, propiciando uma imagem ampliada do problema estudado. A pesquisa será dividida em duas etapas durante a coleta de dados, sendo que a primeira consistirá em uma entrevista, dando base, assim, para a construção posterior de um questionário, abrangendo um maior número de respondentes.

Será utilizado a técnica de entrevista com indivíduos que possuem experiência na área, de modo que respondam perguntas semi-estruturadas (Apêndice A) com 05 perguntas principais, com duração prevista de uma hora e trinta minutos (1h30) por participante, visando saber sobre a história de vida, o que entende por participação política, se participa de algo, entre outras. Por se tratar de uma entrevista semi-estruturada, as perguntas poderão ser, no decorrer do processo, modificadas de acordo com o entrevistado, bem como outras poderão ser acrescentadas para melhor entendimento do fenômeno abordado. Para registro das respostas, será utilizado um telefone com função de gravador.

A etapa de entrevistas será finalizada quando o critério de saturação dos dados for alcançado, ou seja, a partir do momento em que a coleta de novos dados não acrescentar novos elementos sobre o fenômeno estudado (Glaser & Strauss, 1967)

Logo em seguida, com base nos conteúdos registrados nas entrevistas, será elaborado um questionário utilizando a plataforma do *Google Forms*, onde os participantes podem

responder o instrumento via *internet*, de maneira individual e sem a necessidade da presença do pesquisador. A plataforma disponibiliza uma análise prévia dos dados em termos de frequência e porcentagem. Este procedimento será utilizado para ampliar os dados levantados na primeira fase e permitir uma análise mais ampla sobre o tema. Sendo assim, a pesquisa irá se estruturar de forma quali-quantitativa, a fim de suprir de duas formas a escassez de literatura.

Para realizar a análise das entrevistas, será utilizada a análise de conteúdo, uma técnica com o objetivo de produzir, de maneira objetiva, inferências de um texto, calcadas em seu contexto social, que permitindo identificar valores, regras, normas, preceitos e estereótipos, conceitos e opiniões de uma comunidade (Bauer & Gaskell, 2002). A análise de conteúdo será dividida em três etapas principais, sendo elas i) pré-análise; ii) exploração do material; e iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise compreende a leitura total do material que, no caso das entrevistas, deve estar transcrito. Nesta primeira fase, ocorre a leitura flutuante do material, a escolha dos documentos (ou definição do *corpus* da análise), a formulação das hipóteses e objetivos e a elaboração de indicadores que serão utilizados para analisar os conteúdos coletados (Silva & Fossá, 2015).

Na fase de exploração do material, constrói-se as operações de codificação, agregando as informações em categorias simbólicas ou temáticas. A etapa de inferência e interpretação tem como objetivo apreender os conteúdos latentes e manifestos nos materiais coletados (Silva & Fossá, 2015).

Os conteúdos serão analisados e agrupados, principalmente, à luz das definições das modalidades de participação política postuladas por Dallari (1984): i) participação individual (falar, escrever, denunciar, discutir, cobrar responsabilidades, etc); ii) participação coletiva por meio da integração em qualquer tipo de grupo social; iii) participação eventual, ligada a uma situação momentânea, não integrada a um trabalho contínuo; iv) participação organizada, com objetivos explícitos; v) conscientização, que envolve a contribuição para que as pessoas percebam a importância das lutas sociais e da união; vi) organização, que contribui concretamente, tanto com ideias ou meios materiais, para alcançar os objetivos do grupo; vii) participação eleitoral, o que inclui a possibilidade de votar e ser votado; viii) pertencer a um partido político; ix) exercer uma função pública; x) participar de reuniões, movimentos e associações e, por fim, xi) o exercício da crítica. Além disso, outros conteúdos poderão ser acrescentados a análise a partir de suas manifestações durante as entrevistas.

O questionário será analisado por meio de processos estatísticos simples, a fim de encontrar valores relacionados à média e frequência dos aspectos ligados à participação política investigados no questionário, além da correlação entre variáveis estudadas.

3.2 Participantes

Os participantes para a etapa de entrevista serão selecionados com base na indicação de especialistas a partir do critério de bola de neve, sendo uma técnica de amostra não probabilística de cadeias de referências (Vinuto, 2014) onde os participantes iniciais indicam outros participantes até que seja alcançado o objetivo proposto (Baldin & Munhoz, 2011). Os participantes serão selecionados considerando o engajamento político e social, como participação no Conselho Regional de Psicologia, no Sindicato, políticas públicas e/ou de controle social.

Critérios de inclusão

- Possuir formação em Psicologia;
- Atuar na cidade de Curitiba;
- Possuir histórico de participação política e engajamento político-social;
- Preencher o Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido (Apêndice B)

Critérios de exclusão

- Ser estudante de Psicologia;
- Não ser formado em Psicologia;
- Não atuar na área de Psicologia
- Não atuar na cidade de Curitiba

Os participantes da segunda etapa, constituída pela aplicação de questionários *online*, serão selecionados de maneira randômica, envolvendo o critério de bola de neve. Serão, também, profissionais de psicologia, atuantes em todo o Brasil, que se sentirem interessados em responder o questionário.

Critérios de inclusão

- Possuir formação em Psicologia;

Coleta e análise de dados - Entrevista				X							
Coleta e análise de dados - Questionário					X	X					
Análise geral dos dados e discussão							X	X	X		
Elaboração do relatório final										X	
Banca de defesa											X

5. REFERÊNCIAS

- Almeida, M., A., B., Silva, S., A. & Côrrea, F. (2012) *Psicologia Política: Debates e Embates de um Campo Interdisciplinar*. São Paulo: Escola das Artes, Ciências e Humanidades.
- Amendola, M., F. (2014) História da construção do Código de Ética Profissional do Psicólogo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14, 660-685.
- Antunes, M., A., M (2012) A Psicologia no Brasil: Um Ensaio Sobre Suas Contradições. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32, 44-65.
<https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000500005>.

- Baldin, N. & Munhoz, E., M., B (2011) *Snowball* (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. X Congresso Nacional de Educação.
- Bastos, A. V. B. & Gomide, P. I. C.. (1989). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 9, 6-15.
<https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931989000100003>
- Bauer, M., & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Bettoi, W., & Simão, L. M. (2000). Profissionais para si ou para outros? Algumas reflexões sobre a formação dos psicólogos. *Psicologia: ciência e profissão*, 20(2), 20-31.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932000000200005>
- Bobbio, N. (1998) *Dicionário de Política*. Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Bock, A. M. B. (1999). A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4(2), 315-329.
<https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1999000200008>
- Bonifácio, R. (2012) *A Participação Política no Brasil*. Belo Horizonte: Em debate.
- Borba, J (2012). Participação Política: Uma revisão dos modelos de classificação. *Sociedade e Estado*, 27, 263-288 <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922012000200004>
- Botomé, S. P. (1979) A Quem Nós, Psicólogos, Servimos de Fato? Em Yamamoto, O., H., & Costa, A. L. F. (Eds) *Escritos Sobre a Profissão de Psicólogo no Brasil*. Natal: EDUFERN.
- Brady, H. (1999). Political Participation. Em: Teorell, J., Torcal, M & Montero, J., R. (Eds) *Political Participation: Mapping the terrain*.
- Chauí, M. (1997) *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática.
- Conselho Federal de Psicologia (2005) *Código de Ética do Profissional de Psicologia*.
- Conselho Federal de Psicologia (2011) *Exposição 50 anos da psicologia no Brasil: A História da psicologia no Brasil*. São Paulo: CRPSP.
- Dallari, D. A (1984) *O que é participação política*. São Paulo: Abril Cultural.
- Dimenstein, M. D. B. (1998) O Psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: Desafios para a Formação e Atuação Profissionais. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 53-81
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1998000100004>

- Ferraza, D. A. (2016). Psicologia e políticas públicas: desafios para superação de práticas normativas. *Polis e Psique*; 6(3), 36-58
- Furtado, O. (2012) 50 Anos de Psicologia no Brasil: A Construção Social de uma Profissão. *Psicologia: Ciência e profissão*, 32, 66-85.
- Glaser, G. & Strauss, A (1967) The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research. New York: Aldine de Gruyter.
- Gohn, M., & da Glória, M. (2016). Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. *Revista Diálogo Educacional*, 16.
- Grosselli, G e Mezzaroba, O. (2011) A participação política e suas implicações para a construção de uma cidadania plena e de uma cultura política democrática. Anais do XX Encontro Nacional do CONPEDI, Belo Horizonte – MG.
- Instituto de Pesquisa de Opinião e Mercado (2001). *Quem é o Psicólogo Brasileiro*.
- Kaase, M. & Barnes, S. H. (1979) *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*. Beverly Hills: Sage.
- Lane, S. T. M. (1981). *O Que é psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.
- Lhullier, L., A. (2008) A psicologia política e o uso da categoria “representações sociais” na pesquisa do comportamento político. Em Zanella A. V et. al. (Eds). *Psicologia e práticas sociais*, p. 110-120. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Maar, W., L., (1983) *O que é Política*. Col. Primeiros Passos. Editora Brasiliense.
- Marx, K. (1988) *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural.
- Massimi, M (1987) *As Origens da Psicologia Brasileira em Obras do Período Colonial*. São Paulo: Educ.
- Miguel, L. F. (2002). Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, 55-56 <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452002000100007>.
- Milbrath, L., W., (1965) Political Participation. Chicago: RandMcNally. Em: Borba, J. Participação Política: Uma revisão dos modelos de classificação. *Sociedade e Estado*, 27.
- Poletti, R. R. de B. (2014) Consciência política e princípios para a ação. *Brasília: Cadernos ASLEGIS*, 51, 117-150.
- Reis, C., Guareschi, N. M. F. (2010). Encontros e desencontros entre Psicologia e Política: formando, deformando e transformando profissionais de saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(4), 854-867.

- Rosa, L. A. (2015). Participação política: diálogos entre consciência política e práxis política. *Revista Psicologia Política, 15*(33), 391-403.
- Sartori, J. (1997) *A política: lógica e método nas ciências sociais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Savenhago I. J. S. (2011). Bakhtin e o espelho: um esboço sobre a alteridade pelo viés da autocontemplação. *Vértices, 13*, 7-23.
- Silva, A., H. & Fossá, M., I., T (2015) Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. *Qualistas Revista Eletrônica, 17*.
- Soares, A., R. (2010) A Psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão, 30*, 8-41.
- Souza, K. R & Kerbauy, M. T. C (2017) Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. *Educação e Filosofia* <http://dx.doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n61a2017-p21a44>
- Teorell, J., Torcal, M & Montero, J., R. (2007) Political Participation: Mapping the terrain. Van Deth, J., Montero, J. R & Westholm, A (Eds). *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis*. Abingdon: Routledge, 334–357.
- Uhng Hur, D. (2012). Políticas da psicologia: histórias e práticas das associações profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a ditadura e a redemocratização do país. *Psicologia USP, 23*(1).
- Verba, S., Nie, N., H., Irwin, A., B., G., Molleman, H. & Shabad, G (1973) The Modes of Participation: Continuities in Research. *Comparative Political Studies, 6*. 235 - 250
- Verba, S.; Nie, N. H. (1972) *Participation in America: Political Democracy and Social Equality*. New York: Harper & Row Publishers. Em: Borba, J (2012). Participação Política: Uma revisão dos modelos de classificação. *Sociedade e Estado, 27*.
- Vinuto, J (2014) A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Quantitativa: Um Debate Aberto. *Temáticas, 44*.
- Vygotsky, L. S. (1996) *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes.
- Zikmund, W. G., Babin, B. J., Carr, J. C., & Griffin, M. (2013). *Business research methods*. Cengage Learning.

6. APÊNDICE

Apêndice A - Questionário para Entrevista

1. Como foi sua formação em Psicologia? (Investigar aspectos como: estudou em universidade pública ou privada, abordagem escolhida, área de atuação)
2. Como é a sua participação no CRP? (Investigar se é ligado a alguma comissão, vai à reuniões, como escolhe a chapa para votação etc)
3. Como é a sua participação no Sindicato? (Investigar qual a importância do órgão para o entrevistado, se é filiado, o que pensa sobre as ações que este realiza etc)
4. Você já participou de alguma manifestação ou movimento relacionados a causas fora da Psicologia? Quais?
5. Você já participou de alguma manifestação ou movimento relacionado a causas dentro da Psicologia? Quais?

Apêndice B - Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido para as entrevistas.

Prezado (a) participante:

Somos estudantes do curso de graduação de Psicologia da Universidade Positivo de Curitiba – PR. Estamos realizando uma pesquisa sob supervisão da professora Ms. Carolina Walger, CRP 08/11381, cujo objetivo é analisar aspectos referentes à participação política de profissionais de psicologia atuantes em Curitiba.

A participação envolve responder a uma entrevista presencial para levantar informações a respeito dos tipos de participação política praticados, bem como questões relacionadas à abordagem e área de atuação, universidade de formação, aspectos da história de vida que influenciam em sua participação, bem como sua relação com os Conselhos de Psicologia (Regional e Federal) e o Sindicato da profissão.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir que não deve participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Esta

pesquisa apresenta riscos decorrentes da exposição à história de vida, reflexão a respeito de determinados aspectos envolvidos em seu trajeto na profissão e atuação, e de desconforto no responder de algumas questões.

Para tanto, os pesquisadores colocam-se à disposição para conversar individualmente para sanar qualquer desconforto ou dúvidas. Além disso, os participantes poderão ter acesso aos serviços do Centro de Psicologia da Universidade Positivo para atendimento psicológico, caso julguem necessário.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, a sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Os benefícios em participar desta pesquisa referem-se à promoção de reflexão acerca da história de vida e os determinantes de sua participação política, bem como a promoção de uma reflexão à respeito das práticas e posicionamentos dos indivíduos que fazem parte da sua classe profissional.

O(A) Sr.(a) receberá duas vias assinadas deste documentos e ficará com uma delas.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelas pesquisadoras por telefone; pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Positivo, telefone (41) 3317- 3260 ou e-mail cep@up.edu.br, local: Câmpus Ecoville - Rua Pedro Viriato Parigot de Souza, 5.300. Sala 8 do Bloco Amarelo (Térreo); ou diretamente com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, Telefone: (61) 3315-5877, local: SEPN 510 NORTE, Bloco A, 3º Andar, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde, CEP: 70750-521 - Brasília-DF - cns@saude.gov.br.

Atenciosamente,

Carolina de Souza Walger
Psicóloga CRP 08/11381
Orientadora
Celular (41) 98811-7344
carolina.walger@up.edu.br

Jhonathan Allan Silva
Pesquisador
Matrícula: 1504186
Celular: (41) 998822402

Maria Leiriane de Araújo
Pesquisadora
Matrícula: 1521167
Celular: (41) 99867-9009

Concordo em participar deste estudo e declaro estar ciente que obtive todas as informações necessárias e esclarecimento quanto às dúvidas por mim apresentadas. Por estar de acordo, assino o presente documento em duas vias de igual teor (conteúdo) e forma, ficando uma em minha posse.

Nome _____

Curitiba, ____ de _____ de _____.

Apêndice C - Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido para o questionário.

Prezado (a) participante:

Somos estudantes do curso de graduação de Psicologia da Universidade Positivo de Curitiba – PR. Estamos realizando uma pesquisa sob supervisão da professora Ms. Carolina Walger, CRP 08/11381, cujo objetivo é analisar aspectos referentes à participação política de profissionais de psicologia atuantes em Curitiba.

A participação envolve responder a um questionário *online*, através da plataforma Google Forms, para levantar informações a respeito dos tipos de participação política praticados, bem como questões relacionadas à abordagem e área de atuação, universidade de

formação, aspectos da história de vida que influenciam em sua participação, bem como sua relação com os Conselhos de Psicologia (Regional e Federal) e o Sindicato da profissão.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir que não deve participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Esta pesquisa apresenta riscos decorrentes da exposição à história de vida, reflexão a respeito de determinados aspectos envolvidos em seu trajeto na profissão e atuação, e de desconforto no responder de algumas questões.

Para tanto, os pesquisadores colocam-se à disposição para conversar individualmente para sanar qualquer desconforto ou dúvidas. Além disso, os participantes poderão ter acesso aos serviços do Centro de Psicologia da Universidade Positivo para atendimento psicológico, caso julguem necessário.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, a sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Os benefícios em participar desta pesquisa referem-se à promoção de reflexão acerca da história de vida e os determinantes de sua participação política, bem como a promoção de uma reflexão à respeito das práticas e posicionamentos dos indivíduos que fazem parte da sua classe profissional.

O(A) Sr.(a) receberá duas vias assinadas deste documentos e ficará com uma delas.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelas pesquisadoras por telefone; pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Positivo, telefone (41) 3317- 3260 ou e-mail cep@up.edu.br, local: Câmpus Ecoville - Rua Pedro Viriato Parigot de Souza, 5.300. Sala 8 do Bloco Amarelo (Térreo); ou diretamente com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, Telefone: (61) 3315-5877, local: SEPN 510 NORTE, Bloco A, 3º Andar, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde, CEP: 70750-521 - Brasília-DF - cns@saude.gov.br.

Atenciosamente,

Carolina de Souza Walger
Psicóloga CRP 08/11381

Orientadora
Celular (41) 98811-7344
carolina.walger@up.edu.br

Jhonathan Allan Silva
Pesquisador
Matrícula: 1504186
Celular: (41) 998822402

Maria Leiriane de Araújo
Pesquisadora
Matrícula: 1521167
Celular: (41) 99867-9009

Concordo em participar deste estudo e declaro estar ciente que obtive todas as informações necessárias e esclarecimento quanto às dúvidas por mim apresentadas. Por estar de acordo, assino o presente documento em duas vias de igual teor (conteúdo) e forma, ficando uma em minha posse.

Nome _____

Curitiba, ____ de _____ de _____.